



Acta Scientiarum. Human and Social Sciences
ISSN: 1679-7361
eduem@uem.br
Universidade Estadual de Maringá
Brasil

Reblin, Iuri Andréas

Ensino religioso na escola: problematizações teóricas em torno da (in)viabilidade de um componente curricular

Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, vol. 31, núm. 2, 2009, pp. 131-139
Universidade Estadual de Maringá
Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=307325326003>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Ensino religioso na escola: problematizações teóricas em torno da (in)viabilidade de um componente curricular

Iuri Andréas Reblin

Escola Superior de Teologia, Rua Amadeo Rossi, 467, 93030-220, São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil.
E-mail: reblin_iar@yahoo.com.br

RESUMO. A finalidade deste texto é provocar aqueles que estão envolvidos com temas atinentes ao Ensino Religioso a (re)pensar alguns tópicos intrínsecos ao componente curricular como a questão das religiosidades, das diversidades e das relações que se estabelecem neste espaço. Essa provocação aos pensadores do Ensino Religioso exprime-se por meio da discussão de algumas questões fundamentais da prática do Ensino Religioso na escola, abordadas agora sob o olhar da teologia. O texto ressalta que é complicado ensinar religiões, visto que as religiosidades, os corpos das crianças, a história de cada uma delas, as identificações simbólicas são muito mais variados que se possa imaginar. A religião é muito mais que o legado de uma tradição ou instituição religiosa e é por isso que pensamento teológico é fundamental para o debate sobre o Ensino Religioso.

Palavras-chave: ensino religioso, teologia, religião, religiosidade.

ABSTRACT. Religious teaching in the school: theoretical problematizations around the (in)viability of a discipline. The purpose of this text is to provoke those involved in the subjects concerning Religious Teaching to (re-)think some intrinsic topics of this discipline, such as issues of religiosities, diversities and relationships which are established in this space. This provocation of the thinkers of Religious Teaching is expressed through the discussion of some fundamental topics of the practice of Religious Teaching at school, now approached under the look of Theology. The text emphasizes that it is complicated to teach about religions, considering that religiosities, children's bodies, the history of each one of them, the symbolic identifications, are much more varied than it is possible to imagine. Religion is much more than the legacy of a tradition or religious institution, and that is the reason why theological thought is fundamental for the debate about Religious Teaching.

Key words: religious teaching, theology, religion, religiosity.

Introdução

O Ensino Religioso tem sido tema de inúmeros e, por vezes, acalorados debates desde a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no fim do século passado. Esses debates já aconteciam bem antes desse momento histórico específico, mas é a partir deste que essas discussões adquirem maior solidez e perspectiva prática. Os debates têm focalizado questões teóricas e práticas atinentes à viabilidade e ao exercício do componente curricular na escola e ainda estão distantes de um desfecho, pela prematuridade da discussão no panorama nacional político e científico, dadas as novas perspectivas. Descartadas as nuances pormenores que possam ser acentuadas, os objetivos desses debates se mantêm, em grande medida, inalteráveis: procurar soluções definitivas relativas ao conteúdo programático pensável a partir das determinações dos Parâmetros Curriculares

Nacionais; discutir a questão da formação do corpo docente em geral; buscar a solidificação de seu *status* como componente curricular e encontrar o reconhecimento da contribuição do Ensino Religioso no desenvolvimento humano para a vivência social e individual.

Todos esses pontos demonstram o quanto a reflexão e a prática do Ensino Religioso na escola ainda possuem problemas fundamentais a serem resolvidos. Esses problemas estão ancorados em questões profundas decorrentes do legado histórico herdado de processos como a colonização e a vigência e o reconhecimento do positivismo como perspectiva científica e como fonte primária de conhecimento na sociedade contemporânea. No Ensino Religioso, esse legado histórico encontra seu reflexo em perguntas relativas ao método de ensino num país que ainda sustenta uma matriz religiosa determinante como o catolicismo, mesmo considerando que essa matriz

religiosa brasileira possa ser fortemente influenciada pelas tradições do espiritismo e da religiosidade afrobrasileira (SCHULTZ, 2008). Ora, por um lado, o Brasil possui uma história recente de liberdade religiosa, que pode ser calculada em torno de um século apenas e, se considerar a questão da tolerância aos cultos afrobrasileiros, esse cálculo é reduzido para aproximadamente 20 anos apenas. Em outras palavras, o cuidado em relação ao componente curricular do Ensino Religioso pondera, na verdade, um medo do retorno da catequização ou um medo da implementação de um proselitismo das novas confissões religiosas. Por outro lado, também é comum perceber nas entrelinhas do discurso científico acerca da religião uma compreensão católica romana embutida, configurando ainda em seu pano de fundo todo o processo histórico que o Brasil e a América Latina sofreram, o que acarreta relativizações e críticas imprecisas atinentes ao fenômeno religioso e às estruturas religiosas na sociedade.

Diante desse panorama complexo, mutável e apenas suavemente caracterizado aqui, a finalidade deste texto é 'provocar' aqueles que estão envolvidos com temas atinentes ao Ensino Religioso a (re)pensar alguns tópicos intrínsecos a este componente curricular como a questão das religiosidades, das diversidades e das relações que se estabelecem neste espaço. Essa provocação aos pensadores do Ensino Religioso exprime-se por meio da discussão de algumas questões fundamentais da prática do Ensino Religioso na escola, abordadas agora 'sob o olhar da teologia'. Afinal, é possível ensinar religião? É possível buscar um conceito de religião que sirva universalmente? Que perspectivas podem ser delineadas para uma compreensão de religião mais próxima a uma universalidade? Como lidar com as diversidades de religiosidades existentes na sala de aula? Longe de responder a todas essas perguntas, exaurir os temas propostos ou mesmo usar o discurso teológico (comumente discriminado e não reconhecido injustamente pelas academias científicas) para encerrar a discussão, o objetivo deste texto é trazer para o debate uma compreensão de religião que não a reduza a um conjunto de instituições, tradições e doutrinas, mas que a perceba como um fenômeno e uma atividade inerente ao ser humano. Além disso, as ponderações de algumas dessas questões sob o olhar da teologia consideram aqui as práticas cotidianas e a expressão religiosa em espaços pouco ortodoxos (vistos numa perspectiva institucional) que têm fomentado a pesquisa teológica recente, nutrindo a reflexão sobre essa bricolagem epistemológica ordinária com o pensamento teológico e pedagógico de Rubem Alves.

Religião e ensino

A primeira questão provocativa a ser colocada na discussão acerca do Ensino Religioso é uma pergunta ontológica do próprio componente curricular: afinal, é possível ensinar religião? Essa pergunta instiga uma outra questão: o que se entende por religião, ou qual conceito de religião se esconde ou se revela na redação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)? Mediante uma leitura atenta da proposta expressa nos PCNs em relação ao Ensino Religioso, nota-se que a seleção e a organização do conteúdo desse componente curricular está estruturada em torno de cinco tópicos: culturas e religiões; escrituras sagradas; teologias; ritos e ethos. Disso é possível extraír que o termo religião, quando citado, alude a sinônimos como 'tradições religiosas, grupos religiosos', termos também utilizados no respectivo texto. Esses conceitos remetem àquilo que, na prática, pode ser nomeado de 'religião institucionalizada e instituição religiosa', i.e., um conjunto de símbolos de valor existencial para o ser humano, reconhecidos socialmente e sedimentados pela história, controlado e administrado por "uma organização humana composta por *agentes produtores* e *consumidores* de *capital simbólico* religioso, participantes de um *campo religioso* que abarca conflitos de poder" (REBLIN, 2009, p. 49, nota 77, grifo do autor). Em outras palavras, o termo religião nos PCNs abarca aquilo que corresponde à história das religiões: símbolos, costumes, crenças, doutrinas, presença no mundo etc., apresentados sob o olhar neutro do cientista/professor: objetividade, estrutura lógica, verificabilidade. Uma questão pautada aqui é se tal compreensão alicerçada numa visão institucionalista de religião não esconde determinadas limitações sobre o exercício do Ensino Religioso.

Em primeiro lugar, é necessário reconhecer a dificuldade e o malabarismo que o Ensino Religioso exige da educadora que se aventura por esse caminho. Conforme os PCNs e as leis relacionadas ao componente curricular, a professora não pode fazer proselitismo. Apresentar como as religiões funcionam, suas diferenças, suas teologias, suas expressões e seus elementos peculiares e importantes é um modo de a professora ensinar a religião de uma forma mais próxima da neutralidade. Nessa direção, o primeiro desafio posto à educadora é conhecer todas as religiões que ela vai ensinar, o que representa por si só um grande obstáculo. É provável que muitas daquelas tradições religiosas que ensinará sejam conhecidas por ela apenas em teoria. Assim, como se torna possível falar em Buda, em Umbanda, em Alá, na Cientologia, na Cabala com

neutralidade, ou melhor, sem certo desdém, como se elas não fossem entre si contraditórias? Como lidar com a neutralidade (visto que uma postura contrária pode ser entendida como proselitismo) sem ignorar as diferenças, às vezes, imensuráveis entre as diferentes tradições religiosas?

É impossível somar todas as religiões e engarrafá-las num mesmo recipiente, pois elas têm propostas diferentes, às vezes, propostas que ‘conflitam’ diretamente umas com as outras. Não é possível dizer que Jesus é igual a Buda que é igual a Alá, pois não são. Há em jogo aqui a questão da identidade, da alteridade, da diversidade e, sobretudo, da relação que se estabelece entre esses elementos. Além disso, existem as vertentes ortodoxas dentro das religiões que brigam pela ‘ortopodia’ (ou o ‘caminho correto’) de se conduzir o percurso de fé. O que são as discussões sobre batismo e rebatismo ou sobre Santa Ceia dentro do próprio luteranismo, por exemplo, senão um confronto de leituras ou interpretações divergentes? Além disso, há uma outra questão implícita nesse problema, visto agora sob o ângulo do diálogo inter-religioso: como a professora vai fomentar o diálogo entre as diferentes tradições religiosas dentro da sala de aula, considerando que poderá haver alunos e alunas adeptos a religiões distintas, se nem as próprias religiões resolveram esse problema, i.e., se nem o diálogo inter-religioso e o ecumenismo funcionam como deveriam?

Em segundo lugar, a compreensão de religião expressa pelos PCNs dá a entender que ela se refere a religiões ‘estáticas’, históricas, sociológicas, enfim, às instituições religiosas, mencionando pouca coisa prática em relação à vivência religiosa dos educandos em seu dia-a-dia, o que, por sua vez, conduz a uma outra série de indagações. E a pergunta principal aqui é: como lidar com a imensurável quantidade de diversidades e de identidades que se anunciam e se relacionam nas salas de aula? Ora, a vivência religiosa das crianças no dia-a-dia é muito mais diversa do que se imagina. Ela é multifacetada, é misturada. O ponto aqui não é a quantidade de religiões no contexto social, mas a quantidade infinita de religiosidades. Não é possível ensinar o conteúdo das religiões como se fossem ‘caixinhas’ separadas umas das outras, porque os conteúdos dessas religiões se inter-relacionam no dia-a-dia das pessoas. É dificílimo ensinar o próprio de cada religião, pois as pessoas, em seu dia-a-dia, fazem uma síntese, uma espécie de contrabando e de bricolagem que visa, em primeira instância, responder a sua busca por sentido (REBLIN, 2008). É até possível ensinar algo sobre religiões, mas como ensinar ou conversar sobre religiosidade, visto que não é possível (e nem permitido) ensinar a vivência

de fé? O que fazer para que o Ensino Religioso não se torne mera Ciência da Religião e para que seu exercício não adquira contornos práticos de uma história das religiões? Uma leitura sobre a noção de religião e de religiosidade em perspectiva teológica é uma das possibilidades de se evidenciar novos horizontes nesse debate.

Religião e religiosidade

É bem provável que os temas da religião e da religiosidade sejam de longe os tópicos mais discutidos quando o assunto Ensino Religioso está em pauta, como também é possível que esses temas acabem escapando, às vezes, sem querer, pelas sinuosidades da complexidade da viabilidade prática do componente curricular, discussão concentrada, sobretudo, nas disputas políticas. Em ambos os casos, a proposta aqui não é realizar mais uma redundância em relação a esses tópicos, mas trazer a contribuição da teologia para o debate. Nesse intuito, uma leitura desses temas imbebidos no pensamento teológico de Rubem Alves torna-se extremamente singular. Isso se deve a dois motivos nomeáveis. O primeiro motivo deve-se ao fato de que Rubem Alves é um teólogo (além de cronista, filósofo, poeta, pensador da educação etc.) que, em sua caminhada, sempre pensou a teologia para além do recanto eclesiástico que a ciência positivista a confinou e no qual ela se contentou (MOLTMANN, 2005; OLIVEIRA, 2006). O segundo motivo deve-se ao fato de que Rubem Alves foi um dos pioneiros latino-americanos no diálogo interdisciplinar como um dos pontos fundamentais para o fazer teológico. O pensamento teológico de Rubem Alves foi inovador em sua época e continua repercutindo no campo teológico, embora não se encontre mais limitado a ele e nem por ele. Muitos conhecem o Rubem cronista e pensador da educação, mas poucos se lembram do teólogo que vive desperto dentro dele.

Sem se prender a etimologias e a conceitos desgastados e, por vezes, contraditórios e por demais metafísicos, a pergunta acerca da religião e da religiosidade sob o viés teológico e interdisciplinar de Rubem Alves deparar-se-á com uma asseveração essencial e fundamental para a compreensão e para a elaboração de sentido sobre o qual o pensamento acerca dessas duas grandezas será construído: a religião pertence ao mundo humano. Ela não é um fato natural. Os animais e as plantas não têm religião, nem mesmo as montanhas e os rios. A religião é uma realidade social. Enquanto tal, ela só existe como algo posterior à consciência e à capacidade criativa do ser humano (ALVES, 2006).

Como realidade social, a religião emerge da atividade humana em transformar a natureza, o tempo e o espaço numa extensão do corpo humano (ALVES, 2005a; ALVES, 1999). Ora, diferentemente dos demais seres vivos, para o ser humano não basta ter comida e abrigo. O ser humano precisa de um universo de significado que possa dar a ele um sentido para sua vida. A sua realidade é muito mais do que aquela que se apresenta a ele. A sua realidade inclui aquela que ele cria e significa. O ser humano não vê o mundo a sua volta como um simples fato bruto, mas também como um fato possível de ser transformado. Ele vê as coisas como elas são e como elas podem ser (ALVES, 2005b). É a partir dessa sua necessidade e dessa sua faculdade de transformar o mundo ameaçador que o cerca num lar, dessa busca incessante por significado, que o ser humano criou a cultura, a qual é concebida aqui, em sentido amplo, como um universo de valores. Acontece que o resultado sempre fica aquém do esperado. É do fracasso da cultura em fornecer uma ‘ordem amorosa’ ao ser humano que emerge o discurso religioso (ALVES, 2005a).

A religião é compreendida como uma rede simbólica que dá sentido e direção ao ser humano em sua busca incessante por um lar. Os símbolos religiosos são os horizontes que direcionam o caminhar humano e são as testemunhas do desejo e da esperança humana por uma realidade que faça sentido e que satisfaça o ser humano em suas angústias interiores pela busca de um universo em que ele possa se sentir amado. Os símbolos são a expressão da recusa e do protesto humanos em aceitar a realidade como ela se apresenta a ele. Eles são uma expressão da ausência (ALVES, 2005a), pois os símbolos expressam justamente aquilo que não pode ser encontrado na realidade presente. E justamente por lidar com o paradoxo da tensão entre ausência e presença e a tensão entre o anseio e a representação da realização máxima desse anseio, a relação ser humano símbolo é primariamente existencial.

Em outras palavras: a religião é a forma simbólica com que se expressam as relações existenciais entre o ser humano e seu mundo. Não é naturalmente uma pura fantasia na mente do ser humano, mas expressa a situação real em que se seguirá até o final da história (ALVES, 1973b, p. 84).

Ao asseverar que a religião expressa simbolicamente as ‘relações existenciais’ que o ser humano estabelece com o meio que o cerca, Rubem Alves está afirmado que, mesmo que a religião proclame esperanças longínquas e conclame terras abençoadas que emanam leite e mel, a religião

sempre estará expressando a situação concreta em que o ser humano se encontra. Os anseios e os desejos humanos adquirem forma simbólica diante de sua situação concreta de vida. Esta se oculta na linguagem simbólica. Assim, afirma Rubem Alves, “a interpretação da religião é então parecida com a interpretação dos sonhos” (ALVES, 1973b, p. 83).

A religião é um universo simbólico que não tem a pretensão de explicar a realidade, mas de expressar aquilo que se encontra ausente. No entanto, ao expressar aquilo que se encontra ausente, ela revela a situação real em que o ser humano se encontra. Ela não se restringe aos dogmas de instituições religiosas. Aliás, para Rubem Alves, as formas institucionalizadas de religião nada mais são que “modos de ‘racionalização’ de uma experiência precedente, das quais se derivam [...] elas são a fonte de onde surge não a religião, mas a racionalização da religião” (ALVES, 2006, p. 39-40). Essa racionalização da religião é, por vezes, tão maçante, afunilando-se em teorias e exegeses, que acaba por suprimir o mistério da religião e, desse modo, sufocar o sagrado, que é a marca indelével da experiência religiosa e integrante imprescindível de seus símbolos. O fato é que a instituição religiosa não consegue acompanhar a dinamicidade da religião. Esta não é algo estanque e congelado no tempo e no espaço, mas flui como a vida. Em outras palavras, a perspectiva em que Rubem Alves enxerga a religião não é a partir da instituição religiosa ou da religião institucionalizada, mas da realidade cotidiana. Melhor ainda, não é também ‘a partir da’ realidade cotidiana, mas ‘na’ realidade cotidiana. E aí se revela o problema e a crítica que Rubem Alves faz. Ele não nega a existência nem a necessidade da instituição religiosa, mas aponta para a dinamicidade inerente à experiência religiosa. Esmiuçando,

o teólogo brasileiro não procura fazer apologia da religião, mas [sic] sim, sublinhar o caráter religioso do homem. Não se trata de vender ou comprar uma coisa, mas, sim, de esclarecer a qualidade da vida do homem na história. E esta se desenvolve em um horizonte religioso (OLIVEROS MAQUEO apud CERVANTES-ORTIZ, 2005, p. 110).

O ser humano não é um ser que *possui* uma essência e a projeta. A consciência é sempre uma relação, não uma entidade em si. O ser humano sempre tem consciência de algo que está fora de si mesmo. A consciência supõe algo que sustenta o ser humano; seria impensável sem este ‘outro’. A consciência do nada é o nada da consciência. A religião, então, não é a essência do ser humano em sua forma simbólica, mas a expressão simbólica da relação *real* do ser humano com seu mundo. Por isso chegaríamos a conclusões errôneas se nos puséssemos a indagar a

posição ‘ontológica’ das realidades a que se referem os símbolos. Esta foi a tentação constante da teologia, que terminou por isso convertendo-se em metafísica. Pelo contrário, devemos considerar os símbolos religiosos como espelhos que refletem a situação do ser humano em seu mundo. (ALVES, 1973a, p. 133).

Nesse sentido, é interessante observar a tentativa das ciências sociais em explicar a função social da religião. Como elas não conseguem extinguir a religião e nem ignorá-la completamente, visto que esta sempre se anuncia quando aquelas almejam lançar um olhar para a sociedade e para o comportamento das pessoas, as ciências sociais procuram entender ou justificar a persistência da religião na vida social. É possível perceber com certa frequência que sua leitura acerca do fenômeno religioso cai na falácia do reducionismo, caracterizando a religião como reguladora da sociedade, como aquela que responde aquilo que a ciência não consegue responder, entre outros. Todas essas colocações são imprecisas e simplistas demais. A importância social da religião (e sua função social) é, na visão pessoal do autor deste texto, melhor descrita por Glifford Geertz, o qual reconhece sabiamente as limitações das próprias ciências sociais no estudo do fenômeno religioso. Segundo o linguista e antropólogo,

É justamente o fato de colocar atos íntimos, banais, em contextos finais que torna a religião socialmente tão poderosa, ou pelo menos, com grande freqüência. Ela altera, muitas vezes radicalmente, todo o panorama apresentado ao senso comum, altera-o de tal maneira que as disposições e motivações induzidas pela prática religiosa parecem, elas mesmas, extremamente práticas, as únicas a serem adotadas com sensatez, dada a forma como são as coisas ‘realmente’.

[...]

É justamente essa particularidade do impacto dos sistemas religiosos sobre os sistemas sociais (e sobre os sistemas de personalidade) que torna impossível uma avaliação geral do valor da religião em termos tanto morais como funcionais. [...] Um dos maiores problemas metodológicos ao escrever cientificamente sobre religião é deixar de lado, ao mesmo tempo, o tom do ateu da aldeia e o do pregador da mesma aldeia, bem como seus equivalentes mais sofisticados, de forma que as implicações social e psicológica de crenças religiosas particulares possam emergir a uma luz clara e neutra. Quando isso é feito, todas as questões sobre uma religião é ‘boa’ ou ‘má’, ‘funcional’ ou ‘disfuncional’, ‘reforçadora do ego’ ou ‘produtora de ansiedade’ desaparecem como as quimeras que são, e se fica com valorizações, avaliações e diagnoses particulares

em casos particulares. Permanecem, sem dúvida, as questões pouco importantes – se é verdadeira esta ou aquela afirmativa religiosa, se é genuína esta ou aquela experiência religiosa, ou se são possíveis afirmações religiosas verdadeiras ou experiências religiosas genuínas. Todavia, tais questões não podem sequer ser formuladas, quanto mais respondidas, dentro das limitações auto-impostas pela perspectiva científica (GEERTZ, 1989, p. 89).

Rubem Alves não faz uma distinção clara entre religião e religiosidade. Por sua própria compreensão de religião, para Rubem Alves, se as pessoas vão a romarias,oram a seus Deuses, buscam os videntes, os curadores, os exorcistas, os benzedeiros, elas estão fazendo/vivendo religião (ALVES, 2005a). A religião é uma forma de linguagem de se entender no mundo, dentro de seus limites e dores e de suas possibilidades e prazeres. Essa linguagem é profundamente emocional e existencial e abrange o ser humano enquanto ser humano. Em síntese, religiosidade é a própria religião, esta entendida aqui num sentido mais amplo que aquele referente à ‘religião institucionalizada’ ou à ‘instituição religiosa’. Para o debate e a prática do Ensino Religioso, é importante considerar a religião como algo a mais que uma instituição ou organização humana ou ainda como um conjunto de símbolos, tradições, normas e doutrinas. A religião não é algo que pode ser esmiuçado e dissecado. Ela é um fenômeno inerente à produção de sentido humana, tal como a cultura, porém a transgride, conforme aludido, mas nem por isso é algo fora da realidade humana. A religião permeia a realidade e é permeada por ela.

Na linguagem corrente, é comum fazer uma distinção entre religião e religiosidade. A primeira seria mais objetiva, por causa dos símbolos, tradições, doutrinas que podem ser catalogados e consultados, e a segunda mais subjetiva, i.e., atrelada ao ser humano enquanto ser religioso. Há a tendência de se reduzir a religiosidade a termos psicologizantes e de se esquecer a dimensão social da religiosidade. Assim como a religião não pode ser entendida simplesmente como um conjunto de símbolos, ritos, tradições e doutrinas, a religiosidade não pode ser compreendida como uma “manifestação psíquica” (BRANDENBURG, 2004, p. 32) quer seja individual, quer seja coletiva, nem como uma projeção da consciência enquanto ser em si. Assim como a religião (e a cultura), a religiosidade é fruto de uma relação, uma relação concreta que se dá na história humana. É uma tentativa de se entender no mundo, mas esse entendimento não acontece distante do mundo num refúgio ou num exercício mental. Ela está sempre enraizada em

situações e em condições históricas, políticas, sociais, econômicas, culturais específicas. Nem ao menos pode ser reduzida a um modo de subjetivação, embora possua uma carga emocional muito significativa. Ao se reduzir a religiosidade – que pode ser compreendida, como ‘vivência religiosa’ ou ‘vivência da fé’ – a uma psicologização, religião e religiosidade acabam se tornando alienação e ópio do povo tal como Marx definiu.

Uma distinção possível de ser feita é compreender a religião como a linguagem simbólica e a rede de símbolos sobre os quais o ser humano se deita, e a religiosidade como a relação do ser humano com essa linguagem e essa rede, i.e., a forma com que o ser humano interage constantemente com essa rede de símbolos, lidando com ela, nutrindo-se dela em sua vida diária. Religiosidade é religião em acontecimento. Em todo o caso, o que importa é reconhecer que a religiosidade está enraizada no acontecer diário humano e age e reage a condições relacionais significativas (i.e., de significado) concretas, expressando emocional e existencialmente, por meio da linguagem simbólica, onde o ser humano se encontra e para onde quer ir.

A religiosidade articulada de forma inteligível no acontecer diário

A questão da (im)possibilidade de se ensinar a religiosidade traz para o debate do Ensino Religioso toda a discussão que se tem feito em torno do que se tem chamado (reservadas aqui as particularidades e ênfases de cada conceito) de ‘subterrâneo religioso’ (BOBSIN, 1997), de ‘matriz religiosa brasileira’ (BITTENCOURT FILHO, 2003), ou, mais recentemente, de ‘teologia do cotidiano’ (REBLIN, 2008). A ideia central na ‘teologia do cotidiano’ é que as pessoas em sua vida diária ‘produzem teologia’, i.e., elas articulam de forma inteligível para si mesmas e para os outros aquilo que elas creem ou como entendem a experiência religiosa que possuem. A teologia aqui é entendida num sentido mais amplo. Não se trata de uma produção exclusivamente acadêmica ou institucional, mas de uma atividade inerente a todo ser humano que busca encontrar-se no mundo e fazer dele o seu lar (ALVES, 2005b, p. 21et seq.). Ora, as pessoas em sua vida diária estão em contato constante com as mais variadas formas de saber, de experiências. Elas vão assimilando, incorporando e modificando seu conhecimento nessa fluência e nesse intercâmbio constante de saberes, de culturas, de experiências, que acontece na vida diária, à medida que elas vão transitando entre diferentes espaços, grupos, e, nessa inter-relação, vão estabelecendo contato com

distintos universos simbólicos. Elas buscam fórmulas e modelos (fornecidos por diversas instituições, grupos) capazes de resolver seus problemas diários. No entanto, essas fórmulas e modelos só terão validade para as pessoas se corresponderem aos seus anseios e a sua busca por sentido. Quando isso não acontece, esses conteúdos estão sujeitos a serem adaptados, excluídos ou mesmo misturados com outros, a fim de constituírem-se numa síntese válida (BOBSIN, 2008) traz relatos interessantes capazes de servir como ilustração. Num sentido amplo, pensar, reconhecer e dialogar com a teologia do cotidiano é discutir no campo religioso aquilo que Certeau entendeu e pensou como ‘práticas cotidianas’, i.e., o uso que as pessoas em sua vida diária fazem das representações, informações e produtos impostos e a forma com que elas se apropriam de espaços organizados por instituições, produções e sistemas dominantes (CERTEAU, 1994).

Traduzindo essa discussão para a prática do Ensino Religioso e a relação entre educandos e educadoras, é possível asseverar que o Ensino Religioso representa um desafio, pois cada criança trará uma tradição religiosa inscrita em seu corpo, mesmo que não conheça muito a seu respeito. Em sua vivência familiar, haverá uma síntese religiosa, uma teologia do cotidiano em acontecimento. Ora, essa teologia do cotidiano não será apenas algo refletido racionalmente; ela estará, sobretudo, inscrita no corpo da criança, ela estará expressa no corte de cabelo, nas roupas que usa etc. Para o teólogo mineiro Rubem Alves, o conhecimento humano está intimamente relacionado à necessidade do corpo humano de viver e de existir:

O mundo humano também começa com o corpo. ‘No princípio era o Corpo [...]’ Tudo o que o homem criou – seus instrumentos, sua sociedade, valores, aspirações, esperanças, memórias, mitos, linguagem, religião, ideologias, ciência e qualquer outra coisa que possamos catalogar como proveniente do homem – foi engendrado em meio à sua luta para sobreviver. Todas as invenções humanas foram criadas pelo corpo e em benefício deste corpo. [...] O corpo é a origem do imperativo categórico da ação com o fito da sobrevivência. Ou, mais precisamente: da ação que tenha por fim uma vida plena de satisfações. O corpo tem, assim, uma prioridade axiológica sobre tudo, pois consiste no fundamento e na meta do mundo humano (ALVES, 1987, p. 155-156).

A religião inscrita no corpo das crianças entrará em confronto com outras concepções de religião. O que está em jogo aqui não é só o conteúdo da religião (ou das religiões), mas a identidade religiosa

das crianças, sua vivência de fé, sua crença particular. Como lidar com as identidades e diversidades? Mais ainda, como lidar com o mundo simbólico da criança? O que fazer se uma cruz tem um significado importante para uma e é apenas um pedaço de madeira para outra? Como deixar as crianças não ridicularizarem outras crianças que usam saias compridas ou que não podem fazer educação física por causa de concepções religiosas? Como promover a autonomia dessas crianças frente ao que elas acreditam? Como fazer, se a própria religião da criança acaba segregando-a de outras atividades? O que fazer se a identidade religiosa inscrita no corpo das crianças acaba segregando-as umas das outras? Não é possível ensinar a vivência religiosa das crianças, pois isso seria proselitismo. O que fazer então?

É muito complicado lidar com a diversidade, pois, além de todos os outros fatores, o Brasil é, sim, um país de tradição católica. E essa tradição religiosa ainda é muito hegemônica. O próprio calendário está estruturado sobre o cristianismo, o que o torna extremamente excludente. Que significado terá a Páscoa para um islamita, para um budista, por exemplo? Brincar de coelhinho da Páscoa ou de papai Noel não seria igualmente uma forma de proselitismo, mesmo que subliminar? Tais atividades não seriam uma imposição de religiosidade?

Uma última questão ainda há de ser considerada aqui: o que o próprio Rubem Alves diria acerca do Ensino Religioso como componente curricular? Naturalmente, essa pergunta só terá uma resposta caso venha a ser diretamente formulada ao respectivo teólogo mineiro. No entanto, talvez seja possível especular aqui sua posição com base em seu pensamento teológico e pedagógico. Embora tenha assumido uma linha bastante peculiar na crítica à Educação, Rubem Alves combate princípios similares àqueles questionados por Paulo Freire, sobretudo, na fronte manifestada em seus primeiros escritos em *Educação Como Prática da Liberdade*. Rubem Alves critica o ‘ensinamento bancário’ e os excessos do cientificismo positivista, defendendo, em seu lugar, a necessidade do vínculo entre o saber e a vida, este, compartilhado por meio de práticas que ressaltem aspectos lúdicos, eróticos e poéticos (SANTA ANA, 2007). Rubem Alves reacende o papel da imaginação como promotora de novas possibilidades e esperanças.

Nesse sentido, tal como se encontra estruturado e dados os parâmetros atuais que modelam o Ensino Religioso, é bem provável que Rubem Alves seria (radicalmente) contra o exercício do Ensino

Religioso nas escolas. Tal prática seria uma tentativa de assassinar quaisquer mistérios inerentes ao fenômeno religioso que arrepia e fascinam quem está intimamente envolvido nele. Racionalizar e dissecar a religião ou ressaltar o invólucro institucional que a aprisiona é reduzir o sentido que a religião possui na vida das pessoas. No entanto, a religião sempre dá um jeito de transcender os espaços nos quais é confinada e poderá evidenciar um contrassenso aqui entre o que se ensina e o que se vive (a eterna discussão do uso da camisinha por parte dos católicos já é um exemplo clássico). Aqui se poderia aludir a uma prática, por exemplo, em algumas escolas, de dissecar um sapo na sessão de biologia ou de ciências. O aluno se aproxima afoito para cortar o sapo. De repente, o sapo acorda e salta, fugindo do aluno. A religião seria o sapo que sempre acorda no último instante e não consegue ser dissecado por completo, pois, da mesma forma que aconteceria com o sapo (que não seria mais um sapo ao ser dissecado), a religião tornar-se-ia um cadáver, uma coisa morta ao ser analisada, como se a racionalidade pudesse apreender todo o fenômeno religioso.

Numa outra perspectiva, é possível afirmar também que, se a escola não precisasse estar subjugada ao sistema de formatação dos corpos e de padronização dos saberes, o Ensino Religioso não seria nenhum problema. No entanto, é provável que não se trataria de um componente curricular específico, mas algo que perpassaria todas as esferas da escola. O ‘Ensino Religioso’ (que talvez não teria esse nome) não estaria tanto no conteúdo, mas no ‘como’ a prática e a interação entre sapiência (conhecimento com sabor) e vida aconteceriam no dia-a-dia da escola. O Ensino Religioso não precisaria invocar o nome de Deus, de Alá, de Jeová, do Altíssimo, do Poder Superior para estar presente. O Ensino Religioso revelar-se-ia no exercício do amor. Conforme Rubem Alves, “porque não é pelo conhecimento que os corpos são ressuscitados mas pelo amor” (ALVES, 1986, p. 32).

Considerações finais

Não é possível responder aqui a todas as perguntas formuladas. Pode ser que o caminho do Ensino Religioso acabe se delineando mesmo como um Ensino das Religiões ou se consolide como um componente curricular que vise fornecer ‘orientações para a vida’, como acontece em algumas regiões do país ou talvez não seja mesmo possível ensinar religião. Em todo o caso, não há como abrir mão da característica fortemente religiosa que emana da cultura brasileira e da conquista política que a

inserção do Ensino Religioso na grade curricular escolar representa e pode ser também que a presença do Ensino Religioso nas escolas – depois de lapidado – contribua para reacender o humanismo das artes e das culturas tão sufocado pela frieza da epistemologia científica – mesmo que haja uma paixão escondida no fundo de cada motivação científica. Talvez, o Ensino Religioso possa lembrar que o ser humano não vive apenas para produzir e que é possível trazer a pedagogia ludo-erótico-poética de Rubem Alves para a vida escolar. Em todo caso, até lá muitos contrastes epistemológicos e políticos precisam ser atenuados.

Enfim, a discussão sobre o ensino religioso ainda está dando os seus primeiros passos. Há muito a ser aprendido com as religiões e com as vivências religiosas, com a integridade e peculiaridade de cada tradição religiosa, que não pode ser simplesmente ‘ensacada’ junto com outras. Se a sociedade sabe lidar com a diversidade de religiões, ainda é uma questão pertinente e que merece reflexão. É complicado ensinar sobre religiões, visto que as religiosidades, os corpos das crianças, a história de cada uma delas, as identificações simbólicas são muito variados. Essa religiosidade não é só diversa, mas sincrética também, como aponta a teologia do cotidiano. Uma teoria sobre a diversidade é possível ser ensinada; a vivência dela, não. Além disso, a religião não pode ser justificativa de exclusão entre as crianças. O ensino religioso precisa se esforçar para que a criança aceite as diferenças, o que significa também ter espaço em sala de aula para todas as particularidades que se manifestam da identidade religiosa: os diferentes tipos de vestimenta, de alimentação, de comportamento, etc.

Em palavras finais, a religião é muito mais que o legado de uma tradição ou instituição religiosa. “A religião é a proclamação da prioridade axiológica do coração sobre os fatos brutos da realidade”, recuperando aqui a afirmação do teólogo mineiro Rubem Alves transcrita no início deste ensaio. “Ela é a recusa, por parte do homem, de ser digerido e assimilado ao mundo que o cerca, em nome de uma visão, de uma paixão, de um amor” (ALVES, 2006, p. 19). A religião está intimamente vinculada à busca humana por um sentido e por um lar. Com as ferramentas da linguagem e da imaginação, e movido pelo desejo e pelo princípio do prazer, o ser humano cria universos de sentido (símbolos e religiões) que atuam como horizontes para os quais ele dirigirá seu caminhar. Ele gesta um mundo que torna possível a realização de seus anseios e de suas esperanças, a despeito da realidade que o opõe. E, talvez, seja esta a tarefa do educador no ensino religioso: ensinar as crianças a experimentarem possibilidades

ausentes. Ou, nas palavras de Rubem Alves, ensinar “[...] a criança a fazer flutuar suas bolinhas de vidro dentro das bolhas de sabão. Tudo o que é pesado flutua no ar” (ALVES, 1994, p. 79).

Referências

- ALVES, R. El pueblo de dios y la búsqueda de una nueva ordenación social. In: GUTIÉRREZ, G.; ALVES, R.; ASSMANN, H. (Ed.). **Religión, èinstrumento de liberación?** Barcelona: Editorial Fontanella, 1973a. p. 111-146.
- ALVES, R. Religión: èopio del pueblo? In: GUTIÉRREZ, G.; ALVES, R.; ASSMANN, H. (Ed.). **Religión, èinstrumento de liberación?** Barcelona: Editorial Fontanella, 1973b. p. 77-110.
- ALVES, R. Teología. **Tempo e Presença**, n. 206, p. 32, 1986.
- ALVES, R. **A Gestação do futuro**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1987.
- ALVES, R. **A alegria de ensinar**. 4. ed. São Paulo: Ars Poética, 1994.
- ALVES, R. **O Suspiro dos oprimidos**. São Paulo: Paulus, 1999.
- ALVES, R. **O que é religião?** 6. ed. São Paulo: Loyola, 2005a.
- ALVES, R. **Variações sobre a vida e a morte ou o feitiço erótico-herético da teologia**. São Paulo: Loyola, 2005b.
- ALVES, R. **O enigma da religião**. 5. ed. Campinas: Papirus, 2006.
- BITTENCOURT FILHO, J. **Matriz religiosa brasileira: religiosidade e mudança social**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BOBSIN, O. O subterrâneo religioso da vida eclesial: intuições a partir das ciências da religião. **Estudos Teológicos**, v. 37, n. 3, p. 261-280, 1997.
- BOBSIN, O. Protestantismo à brasileira: vale de três forquilhas. In: BOBSIN, O.; LINK, R. S.; PAZ, N. I. N.; REBLIN, I. A. (Org.). **Uma religião chamada Brasil: estudos sobre religião e contexto Brasileiro**. São Leopoldo: Oikos, 2008. p. 136-152.
- BRANDENBURG, L. E. **A interação pedagógica no ensino religioso**. São Leopoldo: Sinodal, 2004.
- CERTEAU, M. **A Invenção do cotidiano**: 1. Artes de Fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CERVANTES-ORTIZ, L. **A teologia de Rubem Alves**: Poesia, Brincadeira e Erotismo. Campinas: Papirus, 2005.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- MOLTMANN, J. **A teologia da esperança**: estudos sobre os fundamentos e as consequências de uma escatologia cristã. 3. ed. rev. atual. São Paulo: Teológica, 2005.
- OLIVEIRA, K. L. O Cativeiro moderno da teologia. **Protestantismo em Revista**, ano 5, n. 3, p. 50-64, 2006. Disponível em: <<http://www3.est.edu.br/nepp/revista/011/ano05n3.pdf>> Acesso em: 30 jul. 2008.
- REBLIN, I. A. A teologia do cotidiano. In: BOBSIN, O.; LINK, R. S.; PAZ, N. I. N.; REBLIN, I. A. (Org.). **Uma**

religião chamada Brasil: estudos sobre religião e contexto brasileiro. São Leopoldo: Oikos, 2008. p. 82-96.
REBLIN, I. A. **Outros cheiros, outros sabores...** o pensamento teológico de Rubem Alves. São Leopoldo: Oikos, 2009.

SANTA ANA, J. Fiel às suas origens. In: NUNES, A. V. (Org.). **O que eles pensam de Rubem Alves e de seu humanismo na religião, na educação e na poesia.** São Paulo: Paulus, 2007. p. 83-92.

SCHULTZ, A. Estrutura teológica do imaginário religioso brasileiro. In: BOBSIN, O.; LINK, R. S.; PAZ, N. I. N.;

REBLIN, I. A. (Org.). **Uma religião chamada Brasil:** estudos sobre religião e contexto brasileiro. São Leopoldo: Oikos, 2008. p. 27-60.

Received on December 4, 2008.

Accepted on May 9, 2009.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.